



ANS vai avaliar proposta de flexibilização de planos de saúde

Lenir Camimura

A ideia de flexibilizar os produtos oferecidos pelos planos de saúde saiu fortalecida do **15º Congresso da Abramge**, que se encerrou na sexta-feira (20). Com os indicativos do crescimento e fortalecimento do poder econômico da Classe C, as entidades representativas de planos e seguros de saúde pressionaram o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Maurício Ceschin, durante o "Roda Viva" promovido no encerramento do evento, a buscar alternativas para baixar o valor dos preços e, desta forma, atingir novas camadas sociais.

Ceschin não chegou a afirmar a possibilidade de se criar planos de saúde de acordo com o perfil do usuário, mas afirmou que a ANS vai avaliar o tema, que vem de encontro a outras iniciativas da Agência, que já pretende criar um grupo de trabalho para monitorar e estudar a questão do idoso e do envelhecimento da população.

A proposta foi suscitada pela FenaSaúde durante a sabatina e ganhou apoio da Abramge, que declarou sua intenção em apresentar a sugestão nas Câmaras Técnicas da ANS e na Câmara de Saúde Suplementar. Com base na prevenção, a medida prevê a oferta de incentivos - como desconto ou uma espécie de premiação - àquelas pessoas que têm hábitos saudáveis. A sugestão partiu da comparação com os seguros automotivos, que premiam os motoristas mais cuidadosos. Da mesma maneira, um beneficiário que busca manter sua saúde por meio de hábitos de vida saudáveis, também deveria ser incentivado.

A ideia é reforçada não apenas pelo estímulo para que os beneficiários se preocupem com a prevenção e deixem os maus hábitos, como a ingestão de bebidas alcoólicas e o tabagismo, mas também foca na redução dos gastos dos planos de saúde.

Durante a sabatina, o presidente da ANS também ressaltou a importância de se criar métodos e estratégias sistemáticas que levem à diminuição do desperdício, especialmente nos hospitais. Desta forma, é possível haver um controle financeiro maior, mas depende de uma gestão mais eficiente. Ele ressaltou que a própria questão do envelhecimento da população não deve ser encarado como um problema, "mas como um desafio".

Ao final, chegou-se à conclusão de que a Lei dos Planos de Saúde (9656/98) precisa passar por uma atualização e consolidação das regras. Maurício Ceschin disse acreditar, sim, que é preciso simplificar a lei, o que

não significa perder a qualidade do normativo. Pelo contrário, a revisão do texto legal poderia contribuir em muito para uma melhor compreensão das normas. E para esta questão, é necessário celeridade, pontuou.